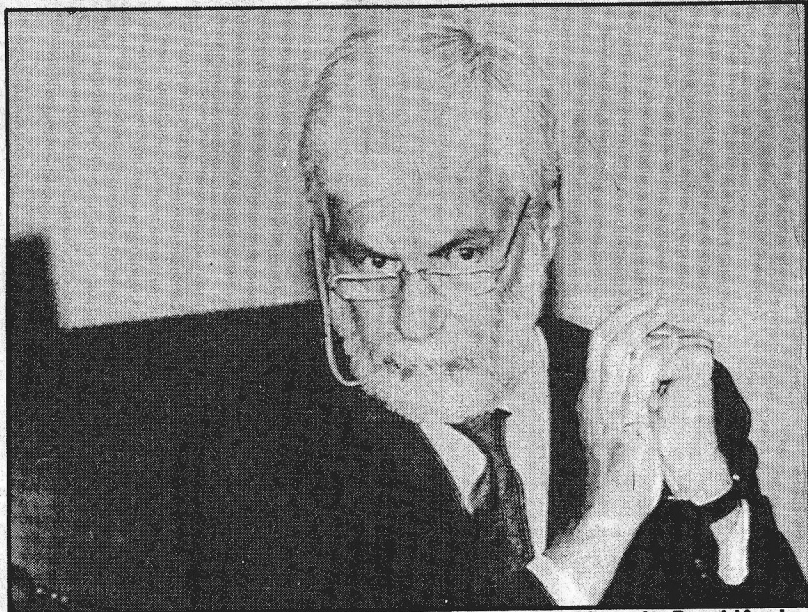


Orçamento: plano corta despesas para eliminar déficit

Sérgio Marques

BRASÍLIA — O economista Edmar Bacha, assessor especial do Ministério da Fazenda, explicou ontem que o corte do déficit de US\$ 22 bilhões do Orçamento de 1994 foi feito basicamente pelo lado das despesas. A previsão de receita teve um acréscimo inexpressivo de 0,3%, mantendo-se no patamar de US\$ 86,9 bilhões, apesar do aumento dos tributos federais, porque havia um erro na estimativa anterior das receitas da Previdência. A explicação dada por Bacha sinaliza uma mudança futura na política salarial dos trabalhadores da iniciativa privada.

O Governo, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tomou a decisão de eliminar o déficit do Orçamento de 1994. Para isso, será preciso que o Congresso aprove a criação da Reserva Social de Emergência que retém 15% das transferências federais a estados e municípios. O aumento das alíquotas do Imposto de Renda também depende de aprovação do Congresso. Até que essas mudanças sejam votadas, segundo o



Edmar Bacha: erro na estimativa anterior das receitas da Previdência

ministro, o Governo vai liberar mensalmente 1/12 da receita prevista. A nova proposta de orçamento inclui a receita do IMPF e do Cofins, que o STF deve decidir se são constitucionais ou não.

As despesas com pessoal sofreram corte de US\$ 3,7 bilhões, segundo Fernando Henrique, sem alteração do valor real dos salários dos funcionários públicos. Mas o grande ajuste foi feito na rubrica de outros custeios e ca-

pital, podada em US\$ 13,9 bilhões.

Nessa rubrica foram cortados US\$ 5,6 bilhões em benefícios pagos pela Previdência, o que, segundo Fernando Henrique, também não altera o valor real desses benefícios. Bacha deu uma explicação para esse corte que implica uma mudança futura na lei salarial.

Segundo Bacha, a previsão de receita da Previdência se baseava numa hipótese insustentável: que a política salarial se manteria com a queda da inflação. Isso, segundo Bacha, levaria a um aumento real de salários, com o conseqüente aumento da receita da contribuição previdenciária, cobrada sobre a folha salarial. A nova proposta de Orçamento prevê uma inflação estável nos níveis de hoje, o que levou a uma queda da receita estimada da Previdência. Essa queda foi compensada pelo aumento de 5% dos tributos federais e pela criação da Reserva Social de Emergência.